



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

## ATA DE REUNIÃO

### ATA SUCINTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 10 dias do mês de maio de 2023, às 9:01 h (horário de Brasília/DF), em modalidade presencial, teve início a 2ª audiência pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, referente ao empreendimento Projeto Novas Minas (Processo nº 02001.029328/2018-61), sob responsabilidade da Mineração Rio do Norte S.A. A audiência pública ocorreu de forma presencial no salão paroquial da igreja de Santa Isabel (Terra Santa/PA) com transmissão on-line pelo do canal do Youtube da empresa: <https://www.youtube.com/watch?v=akawQ1WA3Sw>, conforme disposto na Resolução Conama nº 09, de 03 de dezembro de 1987. A Presidenta da audiência, Sra. Fernanda Franco Bueno Bucci, Analista Ambiental do Ibama, Coordenadora-Substituta da Coordenação de Licenciamento Ambiental de Mineração e Pesquisa Sísmica Terrestre (COMIP) do Ibama, cumprimentou a todos que acompanhavam a audiência e a declarou oficialmente aberta. Executou-se o Hino Nacional Brasileiro. Em seguida, passou-se a palavra à Secretária Executiva da audiência, Sra. Telda Costa Lima, Analista Ambiental da COMIP, para leitura do Regulamento da Audiência Pública - AP. Dando início às apresentações previstas, o Analista Ambiental Nelson Sant'anna realizou a apresentação do Ibama acerca do rito do processo de licenciamento ambiental. Em seguida, a Presidenta passou a palavra ao Vladimir Senra Moreira (Diretor Jurídico e Sustentabilidade da MRN) e Yanto Araújo (Gerente Geral de Projetos da MRN) representantes da empresa MRN, para apresentação do Projeto Novas Minas - PNM, proposto para continuidade da extração de bauxita (minério de alumínio) em novos platôs dentro da FLONA Saracá-Taquera. Posteriormente, o Sr. Luís Augusto da Silva Vasconcellos (Gerente Ambiental da Arcadis), representando a empresa Arcadis Consultoria Ambiental, apresentou os principais resultados dos estudos ambientais que subsidiam o processo de licenciamento. Ademais, o Sr. Paulo Varalda, chefe do Núcleo de Gestão Integrada Trombetas (ICMBio) também estava presente na mesa. Na sequência, foi realizado um intervalo de dez (10) minutos, durante o qual foram recepcionados os questionamentos via escrito e inscrições orais. Em seguida, a Presidente da AP convidou os responsáveis: representantes da empresa MRN, empresa de consultoria Arcadis, e chefia do NGI Trombetas/ICMBio para que respondessem aos questionamentos apresentados pelos participantes. Os principais questionamentos feitos durante a audiência foram registrados nesta Ata, como segue: a) O prefeito protocolou um documento constando a agenda da Prefeitura de Terra Santa com as principais reivindicações; b) o presidente da câmara dos vereadores questionou sobre os futuros impactos ambientais nas estradas que escoam a rota de produção, principalmente a possível emissão de material particulado (poeira); c) os vereadores de Terra Santa/PA acrescentaram os seguintes questionamentos: sobre as ações de fiscalização dos órgãos ambientais que estão dificultando a renda de alguns moradores do município; as estratégias para destino da madeira apreendida à comunidade local; o auxílio no processo de retirada da carteira nacional de habilitação (categoria D) aos jovens; as possibilidades de parceria entre município e empresa no atendimento médico básico, como ocorreu na pandemia; d) O Secretário de Planejamento propôs uma parceria com a MRN para a elaboração de um sistema de tratamento de resíduos em Terra Santa (o município não possui aterro sanitário), além da criação de uma escola técnica, tal qual existe em Oriximiná/PA; e) a comunidade de Terra Santa apresentou como reivindicação a melhoria na estrada de acesso entre Terra Santa e Faro; f) o Secretário de Educação solicitou apoio à melhoria no trajeto feito pelos estudantes da zona rural que têm dificuldade de acessar as escolas em razão do estado das estradas vicinais, relatando que os acidentes são frequentes; g) A presidente da Associação Comercial de Terra Santa questionou a MRN sobre os planos para priorizar os fornecedores locais, também enfatizou que a categoria é uma das mais afetadas pela criminalidade, perguntando sobre o que será feito para

garantir a segurança pública com a chegada de mão de obra na etapa de instalação do empreendimento. Por fim, protocolou um ofício junto ao processo; h) A líder da Associação dos Moradores do Bairro da Conquista protocolou um ofício com as reivindicações dos moradores com projetos para a geração de renda e sustentabilidade; i) A representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) questionou se a MRN criará um projeto para que produtores locais forneçam sementes aos programas de recuperação de áreas degradadas do empreendimento. Ademais, também denunciou que a comunidade do Jamari estaria sofrendo há anos com ruídos e vibrações que seriam consequência da mineração. Em resposta, o representante da Arcadis Consultoria informou que o monitoramento não apresentou vibrações acima do limite estabelecido pela Resolução CONAMA; j) A presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Terra Santa (SINPROTS) protocolou um ofício junto ao processo; k) A líder da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Jamari (ACTJA) se pôs contrária ao empreendimento. Além disso, criticou o fato de que não teria tido participação da comunidade na criação da FLONA Saracá-Taquera. Por fim, também protocolou um ofício junto ao processo; l) A Associação Comunitária do Paraíso reivindicou junto ao poder público local e à MRN a criação de um sistema de tratamento e fornecimento de água na comunidade, tendo em vista que a água dos igarapés vizinhos ficaria imprópria para consumo e abastecimento humano no período de cheia dos rios (inverno amazônico). Em seguida, protocolou um ofício junto ao processo; m) Dentre outros questionamentos da população local, houve a denúncia de um possível desmatamento da cobertura vegetal protetora da nascente denominada "grutas", relacionada ao igarapé que abastece a comunidade Paraíso. Além disso, a comunidade Urupuanã estaria sofrendo com o assoreamento do igarapé de mesmo nome, tendo relatado problemas com água suja e amarelada. Todas as denúncias terão o encaminhamento adequado; n) O padre da igreja de Santa Isabel, local do evento, solicitou cooperação da MRN para a reforma e aclimação do espaço, tendo em vista o seu uso para os eventos religiosos e comunitários; o) Ficou em aberto a resposta à pergunta feita pelo servidor do ICMBio acerca da compensação ambiental dos empreendimentos antigos, se já foram pagos pela MRN, tendo a empresa se comprometido a enviar a resposta; p) O presidente do sindicato dos mineradores do oeste do Pará questionou se haverá um projeto habitacional à categoria, além disso, perguntou sobre a previsão de impactos ambientais com a construção da ponte sobre o rio Jamari. Posteriormente, foi concedido outro intervalo de dez (10) minutos, a partir das 13:38 h. Foram contabilizadas 27 inscrições para manifestação oral e 50 perguntas escritas pelos participantes, sendo cinco (5) ausências para questionamento via oral e duas (2) pessoas que abdicaram da participação em razão de já terem sido contempladas pelas respostas anteriores. Em sequência, os temas mais recorrentes nos questionamentos foram os seguintes: CFEM (*royalties* da mineração), benefícios socioeconômicos, destinação da madeira (apreendida e suprimida pela atividade), qualidade da água, trabalho e qualificação profissional, infraestrutura rodoviária, questionamentos aos órgãos ambientais, saúde, energia elétrica, impactos à biodiversidade, priorização das empresas locais. Destes, todos os questionamentos orais e escritos foram respondidos, exceto elencado no item o), que será respondido conforme regulamento. Todos os questionamentos serão considerados no processo de licenciamento conduzido pelo Ibama. Ressalta-se que na transmissão online pelo youtube, às 09:28 h (horário de Brasília), 130 pessoas estavam acompanhando o evento. Posteriormente, às 13:01 h da tarde, 212 pessoas estavam online. Por fim, no final do evento, 170 pessoas estavam online. A audiência pública foi gravada, incluindo os registros dos questionamentos e suas respostas. A Audiência Pública encerrou-se às 15:57 h do dia 10 de maio de 2023. Nesta audiência pública, 472 pessoas estiveram presentes. Acrescenta-se o registro de que na audiência pública realizada em Faro/PA no dia 08 de maio de 2023, 270 pessoas estiveram presentes. Para registro, lavrei esta ata no âmbito do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, assinada por mim e pela equipe que acompanhou a audiência pública e contribuiu para a elaboração desta ata.



Documento assinado eletronicamente por **AYUNI LARISSA MENDES SENA, Analista Ambiental**, em 10/05/2023, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO VIDA E SILVA, Analista Ambiental**, em 10/05/2023, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NELSON HERCULES PINTO SANT ANNA, Analista Ambiental**, em 10/05/2023, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **TELDA PEREIRA COSTA LIMA, Analista Ambiental**, em 10/05/2023, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL PAIVA DE CARVALHO, Analista Ambiental**, em 10/05/2023, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA FRANCO BUENO BUCCI, Coordenadora Substituta**, em 10/05/2023, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **FILIFE VASCONCELOS AVELINO DE SOUSA, Analista Ambiental**, em 10/05/2023, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTÔNIO FERNANDEZ PEREIRA DA SILVA, Usuário Externo**, em 10/05/2023, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **15717614** e o código CRC **7C30C04D**.

---